

OS REJEITOS DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.

ANTÔNIO LIPPOLIS BARCELLOS DA SILVA FERREIRA¹; ANDRIELLI
PEREIRA MIRANDA²; BRUNA KLEINICKE BARRETO³; YASMIN MARQUES
OBELAR RAMOS⁴; MESTRE FABIANO MILIANO FRITZEN⁵;

¹Universidade Federal de Pelotas –
andriellipereira@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – tonhojag@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – brunakbarreto@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – ramosmyasmin@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas - fmfritzen@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) Art.36, Inciso V, prevê a necessidade de implantação, pelos titulares dos serviços, *“de sistemas de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articulação com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido”*.

O trabalho de pesquisa do nosso grupo põe em pauta os rejeitos orgânicos dos Restaurantes Universitários – RU's - da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, e delimita-se, no mapeamento do processo de gestão dos resíduos orgânicos provenientes dos RU's, afim de deflagrar seu ciclo, avaliando, assim, a partir das informações obtidas, se pertinente, a viabilidade de sugerirmos métodos de aprimorar o processamento dos resíduos, visando, impreterivelmente, um retorno satisfatório para a Instituição.

Nós, como corpo discente da Universidade Federal de Pelotas, abordamos o presente tema motivados pela preocupação como estudantes de gestão pública com esse assunto tão relevante e de cunho não só governamental, mas também social, que impacta na vida de todos nós cidadãos, e que, muitas vezes, é tratado com relativa superficialidade, qual seja, o ciclo, (armazenamento, coleta, trajetória, processamento e destino) dos rejeitos produzidos pela população de maneira geral, sejam eles orgânicos ou não. Regidos essencialmente pela proximidade com a instituição em questão, UFPEL, e pela noção de que tudo que for vinculado à gestão da Universidade reflete diretamente em todos nós, que de uma forma ou outra, estamos inseridos na mesma, direcionamos nossa pesquisa para o ambiente dos RU's, por conta da maior facilidade de acesso aos dados. Entende-se que a coleta de informações mais concretas sobre esse processo, e sua respectiva publicização, possam causar uma maior proximidade da comunidade acadêmica com o presente tema, considerado por nós de suma importância.

2. METODOLOGIA

Nossa pesquisa desenvolve-se em um perfil qualitativo. Segundo Ljungberg (2010), a validade em pesquisas qualitativas está relacionada com a responsabilidade no tratamento das informações obtidas e nas decisões do pesquisador, envolvendo extensa preocupação com a ética. Da mesma forma, possui natureza aplicada, que de acordo com Rodrigues (2007) tem como objetivo investigar, e comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos. Pode, ainda, ser classificada como exploratória que com base em Gil (2007) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com a intenção de torná-lo mais explícito ou à construir hipóteses.

As entrevistas nas quais a referente pesquisa se alicerça foram realizadas no dia 3 de junho de 2019, nos três Restaurantes Universitários da Universidade Federal de Pelotas. Fomos atendidos pelas nutricionistas responsáveis pelos horários de almoço, Adriana, Lígia e Hágna, respectivamente RU do campus Anglo, RU da Rua Santa Cruz e o RU do campus Capão do Leão.

Foram realizadas quatro perguntas relacionadas ao descarte e a coleta dos resíduos orgânicos provenientes das refeições. Feitas as entrevistas, fomos surpreendidos por uma certa variabilidade nos resultados. Frente a essa situação, tivemos que redirecionar a nossa pesquisa para apenas um dos RU's, o que se localiza no campus Anglo, a serviço da empresa Verde Mar, pois os outros dois não dispunham dos dados necessários para que dessemos continuidade a nossa pesquisa. Ainda assim, sofremos alguns percalsos durante a trajetória de coleta de informações, frente a grande dificuldade de consecução do material necessário para que pudessemos dar seguimento a uma etapa importante do trabalho, por conta de uma série de exigências documentais requeridas pela gerência responsável dos dados da empresa. Contudo, notamos que há a inexistência de um plano controle que forneça o mesmo serviço de coleta para os três pontos, já que todos são vinculados a uma única instituição, o que facilitaria processo.

Diante de algumas dúvidas, fomos buscar recursos em alguns departamentos da Universidade. Dessa vez, de uma maneira bem menos formal, trocamos informações com algumas das representantes do Departamento de Gestão Ambiental, com alguns representantes do GAE, Grupo de Agroecologia de UFPEL e também com alguns responsáveis por setores administrativos da instituição, que nos esclareceram as questões pendentes e ajudaram a nortear a formulação de possíveis alternativas que auxiliem na reparação do processo de coleta, visando o benefício da instituição e a diminuição do impacto no meio ambiente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao avaliar a gestão de resíduos sólidos no âmbito do sistema de refeições coletivas, aderimos a definição de duas autoras da área que afirmam que: executar projetos integrando de forma eficiente produção de refeições em mecanismos de gestão ambiental é seguramente o trajeto mais curto para alcançar-se sustentabilidade. E que a ausência de legislação direcionada ao setor, revela urgência em se normatizar a gestão de resíduos, não só pela sua dimensão e importância na economia nacional, mas pelo potencial poluidor dos seus resíduos.(Corrêa e Langue, 2011)

Com isso, a partir das informações obtidas durante o período em que acompanhamos o processo ao qual os rejeitos orgânicos produzidos pelo RU em questão são submetidos, verificamos a ausência de um plano de coleta adequado.

Esse argumento justifica-se e vem a tona quando denotamos a rotina e gestão dos rejeitos, mantida pelo órgão responsável por captar, tratar e dar destino aos resíduos gerados no município de Pelotas - Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP – que não apresenta nenhum sistema de inclusão do lixo orgânico nas demandas dos materiais reutilizáveis. O aterro sanitário onde é depositado o todo o rejeito que não faz parte do planejamento de reciclagem previsto pela empresa, está localizado a 150 km da cidade de Pelotas, mais especificamente em Candiota, um pequeno município próximo a Bagé, também na região sul do estado.

Assim sendo, repletos de um sentimento de responsabilidade como futuros gestores públicos, demos início a uma busca por outras alternativas que nos dessem a possibilidade de transformar o lixo produzido pelo RU dentro da Universidade em um recurso, à modo de auxiliar na sua própria subsistência. Com isso, preconizamos sanar as dúvidas no que diz respeito a legalidade das alternativas por nós formuladas, cientes de que se trata de uma instituição federal, regida por uma extensa cadeia de normas e limitantes, captamos informações em diversos setores, tanto da parte administrativa da Universidade, quanto de departamentos de cursos específicos que pudessem agregar conhecimento no âmbito teórico-prático da nossa pesquisa, tornando nossos argumentos mais válidos e consistentes. Para nossa surpresa, encontramos afinidade e interesse não só no tema abordado, mas também nos resultados da pesquisa em questão.

Então, determinados e a satisfazer a pesquisa, cientes de que era plausível e viável, a proposição de novo plano de manejo para os resíduos orgânicos não processados produzidos pelo RU, captados os dados, calculamos uma média de kg/almoço desses resíduos, que representa um valor aproximado a 140 kg e esboçamos a implantação de um ciclo completo desde o descarte, passando pelo armazenamento, condução e pôr fim a reciclagem e reutilização desses rejeitos. Com uma base de compostagem no Centro Agropecuário da Palma, gerando a integração de diferentes cursos para o bom andamento do projeto e manutenção da composteira além de proporcionar empregos e trazer lucros para a instituição a partir da produção de fertilizantes orgânicos, que entrariam para as contas da união como receita própria da universidade, acrescentados em seu orçamento anual.

4. CONCLUSÕES

Ao final da pesquisa, constatamos uma série de deficiências no processo deflagrado, por conta da incompatibilidade das situações observadas em relação as determinações delimitadas pela Lei das Políticas Nacionais de Resíduo Sólidos. Diante desta situação, concluímos que é extremamente necessário que o Poder Público, através de seus instrumentos jurídicos, delibere em favor da causa, e trabalhe para que as normas que regulamentam o processo de geração de resíduos e seu descarte sejam cumpridas, alocando as responsabilidades éticas, morais e fiscais, não só nos geradores de resíduos, mas também nos comerciantes, cidadãos, importadores, distribuidores e titulares dos serviços de manejo. Diminuindo assim o impacto no meio ambiente, gerando oportunidades de emprego e criando um ciclo de economia sustentável, trazendo avanços tecnológicos na área, melhoria na saúde pública e na qualidade de vida das pessoas, a diminuição de acúmulo nos lixões e na poluição urbana, tudo isso atrelado a um grande potencial econômico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Paracambi. **Metodologia Científica**. Professor William Costa Rodrigues, FAETEC/ IST, 2007. Acessado em 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/darlancampos/willian-costa-rodrigues-metodologia-cientifica-30593170>

GERHARDT E SILVEIRA, T. D. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, URGs, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dRuzRyElzmkC&pg=PA35&dq=este+tipo+de+pesquisa+tem+como+objetivo+de+proporcionar+maior+familiaridade+com+o+problema,+com+vistas+a+torna-lo+mais+explicito+ou+a+construir+hipoteses&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjsmvrVn9DiAhWHq1kKHRjsDvoQ6AEIKTAA#v=onepage&q=este%20tipo%20de%20pesquisa%20tem%20como%20objetivo%20de%20proporcionar%20maior%20familiaridade%20com%20o%20problema%2C%20com%20vistas%20a%20torna-lo%20mais%20explicito%20ou%20a%20construir%20hipoteses&f=false>

MMA. **GESTÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS**. Ministério do Meio Ambiente. Acessado em 29 de abril de 2019. Online. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>

Corrêa. M, Lange, L. Gestão de Resíduos Sólidos no setor de refeição coletiva. **REVISTA PRETEXTO**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 29-54, jan/mar 2011. Acessado: 22 de junho de 2019. Disponível em : <http://fumec.br/revistas/pretexto/article/view/659/566>